



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Direitos Humanos.

## PROJETO EKO: FORMANDO TÉCNICOS E EDUCADORES PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Vanessa Dias Pantoja<sup>1</sup>

Lília Iêda Chaves Cavalcante<sup>2</sup>

Amanda Cristina Ribeiro da Costa<sup>3</sup>

Ana Leticia da Costa Praia<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta os resultados obtidos através da execução de um projeto de extensão, que previu a formação de técnicos e educadores de serviços socioassistenciais em temáticas relacionadas à promoção do desenvolvimento biopsicossocial, direitos fundamentais e difusão de metodologias participativas que possam ser aplicadas com crianças e adolescentes nesse contexto específico.

**Palavras-chave:** Projeto de Extensão; Projetos de vida; Formação Continuada; Crianças; Adolescentes.

**Abstract:** This paper presents the results obtained through the execution of an extension project, which provided for the training of technicians and educators of social assistance services in themes related to the promotion of biopsychosocial development, fundamental rights and dissemination of participatory methodologies that can be applied with children and adolescents specific context.

**Keywords:** Extension Project; Life Projects; Continuing Education; Children; Teenagers.

### INTRODUÇÃO

O acolhimento de crianças e adolescentes em instituições, privadas de cuidado parental, tem sido ao longo da história uma estratégia muito comum para, dentre outras razões, proteger as crianças de situações de risco no ambiente familiar em países da Europa Ocidental, Ásia e nas Américas Central e do Sul (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Zeanah et al., 2003). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) preconiza o acolhimento institucional como uma medida de proteção especial sendo definida como provisória e excepcional (ECA, art. 101, parágrafo único).

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: vanessa\_p\_dias@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: vanessa\_p\_dias@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: vanessa\_p\_dias@hotmail.com.

<sup>4</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: vanessa\_p\_dias@hotmail.com.

Aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam, devem encontrar nas instituições de acolhimento um espaço de cuidado e proteção, contribuindo para a redução da sua suscetibilidade aos riscos que podem ser permanentes ou temporários. No entanto, sabe-se que a reintegração familiar nem sempre é um processo simples e rápido, em função da dificuldade de superação dos problemas que levaram a criança e adolescente a serem acolhidos.

O prolongamento dessa medida de proteção tende a apresentar-se, contraditoriamente, como um fator de risco para o desenvolvimento, uma vez que pode resultar na maior fragilização dos vínculos familiares. Nesse sentido, é importante que sejam fortalecidos diferentes fatores de proteção. O termo proteção significa oferecer condições de desenvolvimento, amparo, crescimento e fortalecimento a uma pessoa (Schenker e Minayo, 2005; Siqueira, Abaid e Dell'Aglio, 2012).

Os fatores protetivos reduzem o impacto do risco e exercem efeitos positivos na saúde mental do indivíduo, podendo operar como apoio, sendo exemplos já conhecidos as práticas educativas saudáveis, o bom funcionamento familiar, o vínculo afetivo, o suporte social (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007) e as expectativas de futuro de crianças e adolescentes, as quais se configuram como um poderoso fator de proteção para o desenvolvimento humano (ZAPPE; MOURA JR; DELL'AGLIO; SARRIERA, 2013). Nessa perspectiva, visando promover estratégias que possam capacitar os agentes que atuam no acompanhamento e cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, justificou-se a rerepresentação do projeto Ekoa.

O projeto de extensão Ekoa: formando técnicos e educadores para construção projetos de vida com crianças e adolescentes em acolhimento institucional, está associado ao Programa Infância e Adolescência (PIA), que tem como característica principal a utilização da concepção teórico-metodológica das Ciências Sociais para desenvolver conhecimento que resulte expansão do olhar crítico no âmbito acadêmico e que reverbere em melhoria na qualidade de vida da sociedade.

O PIA em seus 25 anos de existência reafirma, na sua atuação cotidiana, o paradigma da proteção integral que preconiza que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, que ocupam um lugar na sociedade e que, portanto, têm voz e vez no desenvolvimento dos mesmos, assim como, das políticas públicas que lhes são devidas. Dentre essas, destaque para a política pública de Assistência Social e para a Lei Orgânica de Assistência Social, que tem como um de seus objetivos a proteção social, dividindo-a em proteção social básica e proteção social especial.

Este projeto é denominado Ekoa, que, em tupi-guarani, significa abrigo, morada ou aconchego, além de incluir o fonema ECÓ, palavra que significa SER. Este foi realizado junto a educadores, técnicos, gestores e demais servidores administrativos de instituições de acolhimento.

Visando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foram realizados encontros formativos organizados por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação, que estimulam a reflexão sobre projetos de vida, sendo neles abordados conteúdos, informações e conhecimentos referentes aos direitos - especialmente o direito à convivência familiar, comunitária e o direito a ter futuro. Essas atividades foram mediadas por uma equipe composta por assistentes sociais, psicólogos e acadêmicos de graduação das referidas áreas.

O projeto realizou-se por meio de encontros formativos dinâmicos, nos quais os participantes foram estimulados pensar em metodologias que possibilitem às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente resgatar as suas memórias da infância, a vida na família de origem; a sua percepção da situação presente e a sua vivência na instituição de acolhimento. Assim como enfatizando o planejamento de estratégias para a construção de um projeto de vida com esses sujeitos, o que inclui: retorno à convivência familiar e comunitária, fortalecimento da rede de apoio, investimento em educação, capacitação profissional e constituição de sua própria família.

Ou seja, buscou-se promover metodologias que viessem a estimular a possibilidade de não apenas sonhar, mas também elaborar recursos que viabilizem a realização de metas e sonhos. Esse processo vivencial e reflexivo objetivou pensar na confecção do planejamento dos projetos de vida, o que exigiu dos profissionais um pensar individual e coletivo, para pensar na definição de prazos e meios para que os acolhidos possam alcançá-los.

Nos últimos dois anos, o EKOA foi executado em parceria com instituições de proteção especial, que prestam atendimento de alta complexidade nos serviços de acolhimento institucional. Esses serviços aplicam uma medida de proteção especial sendo definida como provisória e excepcional (art. 101, parágrafo único), em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam devem encontrar nas instituições de acolhimento um espaço de cuidado e proteção, contribuindo para a redução da sua suscetibilidade aos riscos que podem ser permanentes ou temporários (Brasil, 1990).

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o acolhimento institucional no Brasil, apontam a existência de 47.800 crianças e adolescentes nessa situação específica, destas sendo 1.181 no estado do Pará, distribuídas em 157 entidades de

acolhimento (Brasil, 2019). Esse cenário denota a quantidade de crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que foram afastados de seus lares.

Caracteriza, sobretudo, a necessidade de estudos, intervenção, monitoramento e avaliação da proteção social especial de alta complexidade no Brasil, visando à garantia de princípios como: excepcionalidade e provisoriedade, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, oferta de atendimento personalizado e individualizado, respeito à autonomia e, dentre outros, a participação dos acolhidos nas decisões de rotina da instituição e demais processos que os envolverem (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o EKOA abarca atividades de formação continuada na proteção social básica, ou seja, busca fortalecer ações que visam prevenir situações de vulnerabilidade, risco, colaborando com a capacidade protetiva das famílias (BRASIL, 1993). O público alvo da proteção social básica é constituído pela população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências dentre outros).

Neste público, estão incluídas as crianças e adolescentes que vivem nos territórios com maior índice de vulnerabilidade e risco. A compreensão da situação de vulnerabilidade social e do modelo complexo de risco que essas crianças, adolescentes e suas famílias estão expostos, devem provocar reflexões acerca das medidas a serem tomadas para a sua proteção mais basililar.

Por esse motivo torna-se fundamental pensar em ações no sentido de promover os direitos desses sujeitos em desenvolvimento. Nesses termos, em 2018 o projeto EKOA proporcionou experiências acadêmicas e profissionais que aproximam-se sistematicamente das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em que emergiram questões para reflexão sobre a infância na atualidade, articulando de maneira colaborativa os atores envolvidos nessas dimensões, provocando diálogos e interfaces entre docentes, discentes de diferentes áreas do conhecimento e trabalhadores das instituições de acolhimento abrindo espaço para um trabalho multi e interdisciplinar, sendo assim a realização do projeto foi considerada exitosa, na medida em que previa construir bases teórico-metodológicas para construção de projetos de vida com crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Desse modo, o presente projeto conseguiu alcançar, em alguma medida, o esclarecimento e promoção de direitos de crianças e adolescentes, uma vez que se

observam nas instituições novas práticas de cuidado, adotadas a partir da promulgação do ECA, mas que se entrelaçam com práticas que foram institucionalizadas ao longo da história das instituições, tais como o cuidado coletivo, a restrição dos direitos de liberdade de expressão, convivência familiar e comunitária, esporte e lazer, dentre outros. Nesse sentido, os profissionais que atuam nas instituições responsáveis pela efetivação dos direitos sociais, devem ser capazes de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 1998, p.20).

Utilizar metodologias que propõem estratégias de aproximação capazes de motivar o envolvimento, a mobilização, a ação individual e coletiva das crianças foi uma das propostas do projeto. Essas metodologias visam incentivar o ato de dar atenção e ouvir a criança, compreendê-la como sujeito histórico e social, criadora e pertencente a uma cultura e com voz ativa na sociedade (SARMENTO, 2008). Desta forma, durante o processo de formação, foram apresentadas diferentes metodologias de intervenção com crianças e adolescentes, no sentido de favorecer novas práticas de cuidado e intervenção na proteção social especial, representada pelas instituições de acolhimento.

O EKOA coaduna com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009), no que concerne à preservação das histórias de vida e construção de expectativas de futuro de crianças e adolescentes, além de promover a elaboração de projetos de vida, de acordo com Gomes et al. (2016), isso significa contribuir para o fortalecimento da identidade pessoal e da autoestima, conquista de melhorias e conseguir prever oportunidades e planos para o futuro, bem como a criação de estratégias para alcançar essas metas ao longo do desenvolvimento.

É importante ressaltar que não se deve responsabilizar exclusivamente as instituições e menos ainda os profissionais e suas práticas pelo êxito das políticas de promoção e efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nem se pode desconsiderar o peso de suas ações nesse processo. Por isso, a formação profissional continuada se faz necessária nesses espaços, garantindo uma visão macrosocietária das questões relacionadas às políticas públicas sociais, assegurando ainda o respeito à subjetividade das pessoas que estão atuando na ponta da política e sendo atendidas por elas.

A formação da comunidade de profissionais que atuam nesses serviços, pode potencializar o protagonismo juvenil, a reflexão sobre si mesmo, do mundo, de como a criança ou adolescente se vê no mundo, culminando na construção de um projeto de

vida, gera consequências positivas para além do próprio indivíduo a curto, médio e longo prazo e que poderá ser alterado conforme as vivências de cada um (Gomes et al., 2016).

É possível também nessa proposta de intervenção social, subsidiar práticas profissionais que valorizem a primazia do olhar infantil sobre os direitos à provisão, proteção e participação nos contextos dos quais fazem parte, reconhecidos por marcos regulatórios internacionais como a Convenção dos Direitos da Criança (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Brasil. A intenção foi, pois, assegurar intervenções com adultos que utilizem metodologias capazes de favorecer a participação social de crianças e adolescentes, colocando a possibilidade de esses sujeitos alterarem o ambiente em que vivem e consolidarem a noção de que são pessoas ativas em seu próprio desenvolvimento.

Diante desse cenário, a realização deste projeto justificou-se pela necessidade de promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, assim como pelo atendimento de demandas reprimidas dentro das instituições, como a formação continuada dos colaboradores das instituições. Além disso, merece destaque o impacto que essas diferentes estratégias de atendimento e intervenção, podem ter no desenvolvimento saudável dos segmentos que são atendidos por essas instituições, ou seja, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Nessa perspectiva, objetivou-se por meio da realização do projeto, promover a formação continuada de educadores, técnicos, gestores e demais servidores administrativos de instituições de acolhimento institucional para o domínio das bases teóricas e metodológicas que podem orientar a construção de projetos de vida com crianças e adolescentes nessa situação específica.

E, especificamente promover os direitos fundamentais de crianças e dos adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento como medida sociojurídica de proteção especial; favorecer a compreensão desses profissionais sobre a noção de desenvolvimento no contexto e situação peculiar de crianças e adolescentes nessa fase da vida; promover o conhecimento de profissionais que atuam em instituições de acolhimento sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento humano, aos direitos fundamentais e à intervenção com crianças e adolescentes por meio de metodologias participativas; estimular o protagonismo social de crianças e adolescentes; fortalecer a parceria do Programa Infância e Adolescência com a rede municipal e estadual de Instituições de acolhimento para realização de ações interinstitucionais.

## **METODOLOGIA**

A metodologia do projeto seguiu as dinâmicas que envolvem a formação profissional continuada, com destaque para a realização sistemática de oficinas sociopedagógicas, palestras, vídeo-debates e seminários. Foi realizado um curso voltado para a formação continuada de técnicos e educadores das instituições de acolhimento, que contou com 10 encontros formativos que foram compostos por metodologia como as destacadas abaixo:

### **1 Oficinas Sociopedagógicas**

Com base no Caderno Pedagógico (LAMARÃO; AMARAL, 2007) as oficinas devem conter três dimensões: informativa, vivencial e reflexiva. A dimensão informativa tem como objetivo introduzir uma discussão com os participantes sobre um conteúdo, repassar informações e de propagar conhecimentos referentes às temáticas relacionadas à família, à infância, à adolescência, aos direitos - especialmente o direito à convivência familiar e comunitária, às medidas de proteção, em especial o abrigo, aos elementos básicos para a construção de projetos de vida, dentre outros.

A dimensão vivencial busca reportar o participante à sua vivência, fazer com que ele consiga associar o conteúdo abordado à sua vivência. Nesse sentido, entende-se que o corpo humano possui memória, por isso o que é vivenciado tem maiores chances de ser internalizado. Contudo, sem conhecer o corpo, pouco se pode fazer para que um contato seja nutritivo e transformador. Na vivência se estabelece um clima de confiança e respeito mútuo, é um espaço possível de perceber como o corpo expressa sentimentos, emoções. A vivência favorece inúmeras possibilidades de expressão de sentimentos e emoções por meio da fala, silêncios, desenhos, escrita. A vivência propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento da sociabilidade e da criatividade.

A dimensão reflexiva possibilita, por meio de exercícios, técnicas e dinâmicas, aos participantes serem estimulados a realizar um processo de reflexão que envolve o resgate de suas memórias da infância, adolescência, adultez e trajetória profissional.

### **2 Palestras**

A partir da eleição de um tema específico no âmbito dos objetivos do projeto, a equipe promoveu um diálogo presencial com os participantes com a disseminação de informações e debate sobre o assunto abordado no dia.

### **3 Vídeo-debate**

Com o auxílio do recurso audiovisual – curta metragem, documentário, utilizou-se a narrativa imagética para desencadear reflexões sobre os objetivos propostos no projeto.

#### 4 Seminário

Foram momentos de envolver os participantes das diversas instituições para compartilhamento das experiências e dos desafios do trabalho no contexto do acolhimento institucional.

### **RESULTADOS**

Verificou-se com a realização do projeto, que as intervenções que preveem a garantia de direitos de crianças e adolescentes quando pautadas por metodologias que possibilitam a participação, reafirmam a possibilidade de esses sujeitos alterarem o ambiente em que vivem consolidando a noção de que são pessoas ativas em seu próprio desenvolvimento.

Em se tratando de instituições de acolhimento que são o contexto primário de desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes no Brasil, esse processo de engajamento pode ser ainda mais decisivo, na medida em que estimulam profissionais dirigentes e trabalhadores nesses contextos específicos a rever suas práticas criticamente e a redefinir seus papéis e apontar outros novos, que sejam mais sensíveis ao compromisso com a garantia do desenvolvimento integral da criança.

Reconhece-se, no entanto, que a intervenção com educadores e cuidadores não é uma tarefa fácil, uma vez que é necessário algum esforço para mostrar aos participantes dos encontros formativos que metodologias de estudo e intervenção com crianças devem considerá-los como atores sociais, sujeitos de suas experiências, como um grupo social ou mesmo sujeitos de direitos, tal como preconizado na legislação brasileira (BRASIL, 1990).

Durante o período de execução do projeto e especialmente com a sua finalização, foi possível reconhecer na fala dos participantes, a importância da formação continuada dos mesmos, o fortalecimento de vínculo das equipes que participaram do projeto, a atenção dada à leitura crítica da realidade, compartilhamento de experiência interinstitucional, com destaque para os pontos positivos e negativos da vivência nas instituições de acolhimento.

Além disso, a certificação garantida pela participação nos 10 encontros formativos ou em pelo menos 75% deles, motivou os profissionais a estarem presentes e contarem com isso, inclusive para progressão funcional dentro da hierarquia institucional a qual estão vinculados. Por fim, várias foram as boas práticas identificadas e reafirmadas no processo de trabalho dos gestores, técnicos e educadores que compuseram o público



participante do encontro, tais como: práticas de cuidado, construção de projetos de vida, incentivo de trabalhos artesanais, apresentações artísticas e outros.

Avaliou-se que o projeto conseguiu alcançar os seus objetivos em sua totalidade uma vez que foi possível, por meio da realização dos encontros formativos abordar temas como: direito das crianças e adolescentes, SUAS/Alta complexidade/Acolhimento institucional; Desenvolvimento da criança e adolescente; Perfil, rotinas e práticas dos educadores e técnicos de serviços de acolhimento; Relação entre educadores/técnicos e crianças e adolescentes no acolhimento institucional; A construção de projetos de vida com crianças e adolescentes; Bases teóricas e metodológicas da trajetória profissional; Pintando a Tela dos Sonhos: Educadores, Crianças e Adolescentes e o Vínculo Afetivo no Contexto de Acolhimento Institucional. Os quais – por meio de apresentação, reflexão, discussão, socialização, dinâmicas, etc. - contemplam em sua totalidade o objetivo.

O projeto realizou 17 atividades, dentre esses: encontros, reuniões, visitas institucionais para a apresentação e aplicação de pesquisa e devolutivas das oficinas realizadas na Universidade Federal do Pará. Conseguiu atingir um público de 64 pessoas; sendo 41 educadores sociais, 11 assistentes sociais, 5 psicólogos, 2 pedagogos, 1 nutricionista, 1 enfermeira, 1 coordenadora, 1 apoio e 1 discente.

Identificou-se o perfil dos educadores participantes dos encontros formativos, sendo estes majoritariamente mulheres (86%), na faixa etária entre 51 e 60 anos (54,5%), contendo ensino superior (40,9%), quanto ao tempo de trabalho observou-se um quantitativo relevante de educadoras inseridas a pouco tempo nos espaços (31,8%), entretanto, igualmente a esta porcentagem encontram-se profissionais nas instituições com o tempo de trabalho de 18 a 25 anos (31,8%). Quanto a situação empregatícia destes, 86,3% são concursados e não exercem outra atividade profissional (90,9%).

## **CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de extensão Ekoa surgiu a partir da necessidade da realização de cursos de capacitação que pudessem possibilitar aos servidores de instituições de acolhimento fazer uso de metodologias participativas com crianças e adolescentes, para que consigam lidar com questões referentes ao futuro.

A atividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de aprendizagem e oxigenação de conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, possibilita a geração de novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribui para a formação cidadã e profissional do estudante universitário, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade objetiva concreta

existencial e coopera para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equânime.

Diante disso, compreende-se a importância e a potencialidade do Projeto EKOA, tanto para a equipe multi e interdisciplinar do projeto, quanto para o público atendido, uma vez que possibilitou a troca de experiências e conhecimentos e contribuiu para a afirmação do que vem a ser extensão, produção e renovação de conhecimento dentro da universidade e o compartilhamento de saberes com a sociedade.

É importante ressaltar a relevância das parcerias firmadas com as instituições de acolhimento ao incentivar a participação dos técnicos e educadores nos encontros semanais, o que possibilitou o fortalecimento da rede de serviço na defesa dos direitos desses sujeitos nessa condição peculiar.

O projeto Ekoa vem coadunar com uma rede cada dia mais articulada, coesa, em torno do objetivo maior que é defender o direito de crianças e adolescentes e de suas famílias. Essas alternativas, com inovação de práticas, são meios fundamentais para a consolidação de um trabalho responsável, sem a conformação ou naturalização do que está posto na sociedade.

Ao abordar a experiência bem sucedida de um projeto de extensão, este trabalho vem a somar com as poucas produções acadêmicas que abordam essas experiências, uma vez que o projeto Ekoa se propõe a desenvolver atividades considerando as peculiaridades da infância e adolescência amazônica.

Mediante ao exposto pode-se observar que por meio da realização das atividades do projeto houve a difusão de uma concepção de cidadania voltada para a promoção de uma cultura de direitos, onde os sujeitos foram incentivados, a partir das ações extensionistas, a compartilhar conhecimentos por meio de uma interação dialógica. Portanto, entende-se que ao haver essa relação de mão dupla, o conhecimento científico é produzido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA)**. 2019. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>> acesso em: jun. 2019.

GOMES et al. Adolescentes e construção de projeto de vida: um relato de experiência. **Revista do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica**, v. 9, pp 1-14, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

LAMARÃO, M. L. N; AMARAL, M. C. C. B. **Caderno pedagógico: metodologias de trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados**. Belém: UNICEF, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et. al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: reflexão e crítica**. 2012, vol. 25, n.2, pp. 390-399.

SARMENTO, M. J. **Sociologia da Infância: correntes e confluências**. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de. (Orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. (pp. 17-39)

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, pp. 707–717, 2005.

SIQUEIRA, A. C; ABAID, J. L. W; DELL'ÀGLIO, D. D. Família e instituições de acolhimento: interfaces entre risco e proteção. In: HABIGZANG, L. KOLLER, S. (Org). **Violência contra crianças e adolescente: teoria, pesquisa e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Retornando para a família de origem : fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, p. 134–146, 2007.

ZAPPE, J; MOURA J. J; DELL' AGLIO, D.D; SARRIERA, J. Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. **Acta Colombiana de Psicología**, v.16, n. 1, pp 91-100, 2013.

ZEANAH et al. Designing Research to Study the Effects of Institutionalization on Brain and Behavioral Development: the Bucharest Early Intervention Project. **Development and Psychopathology**, v. 15, n. 4, p. 885–907, 2003.